

Vitor Hugo Mota de Menezes

DIREITO À SAÚDE E RESERVA DO POSSÍVEL

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5008-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Menezes, Vitor Hugo Mota de.

M543 Direito à saúde e reserva do possível./ Vitor Hugo Mota
de Menezes./ Curitiba: Juruá, 2015.
342p.

1. Direito à saúde. 2. Política de saúde. I. Título.

000135

CDD 362.1 (22.ed.)
CDU 362.1

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	19
INTRODUÇÃO	23
Capítulo I – DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E SEU PROCESSO DE RECONHECIMENTO	31
1 Perspectiva Histórica dos Direitos Fundamentais Sociais.....	31
1.1 Idade Média	33
1.2 As revoluções burguesas	35
1.3 As guerras mundiais	39
2 Direitos Sociais nas Constituições Brasileiras	41
2.1 A Constituição de 1824	41
2.2 A Constituição de 1891	42
2.3 A Constituição de 1934	43
2.4 A Constituição de 1937	44
2.5 A Constituição de 1946	44
2.6 A Constituição de 1967	45
2.7 A Constituição de 1988	46
3 Conceito e Características	53
4 Dimensões dos Direitos Sociais	57
4.1 Direitos de primeira dimensão	57
4.2 Direitos de segunda dimensão	58
4.3 Direitos de terceira dimensão	61
4.4 Direitos de quarta dimensão	63
4.5 Os direitos fundamentais sociais e sua perspectiva objetiva.....	64
4.6 Os direitos fundamentais sociais e sua perspectiva subjetiva	66
5 Considerações Histórico-Propedêuticas sobre Regras e Princípios	68

Capítulo II – A EFICÁCIA E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	73
1 Definição e Natureza Jurídica dos Direitos Sociais	74
2 Eficácia da Aplicação dos Direitos Sociais	78
3 Da Aplicabilidade Imediata dos Direitos Sociais	82
4 Identificação dos Efeitos e a Eficácia Jurídica dos Enunciados Normativos	85
4.1 Eficácia jurídica perfeitamente simétrica ou positiva	87
4.2 Eficácia jurídica interpretativa	87
4.3 Eficácia jurídica negativa	88
4.4 Eficácia jurídica vedativa de retrocesso	89
5 O Papel do Estado na Consecução dos Direitos Sociais	90
6 Políticas Públicas no Reconhecimento dos Direitos Sociais	94
7 Gestão Participativa na Garantia dos Direitos Sociais e sua Legitimidade	98
8 A Exigência da Aplicabilidade dos Direitos Sociais Diante dos Desafios Orçamentários	100
8.1 Procedimento sugerido para adequação orçamentária à vivificação dos direitos sociais	105
 Capítulo III – SISTEMAS DE SAÚDE NO BRASIL E MODELOS COMPARADOS	 115
1 Histórico e Evolução Constitucional do Direito à Saúde	115
2 Conceito e Classificação	118
2.1 Saúde básica	124
2.2 Média complexidade	125
2.3 Alta complexidade	125
3 Características do Sistema de Saúde no Brasil	126
3.1 Altamente centralizado	127
3.2 Acentuadamente privatizado	127
3.3 Crescentemente distante das reais necessidades de saúde da população brasileira	127
3.4 Clara divisão de trabalho entre os setores público e privado	127
3.5 Profundamente discriminatório e injusto	128
3.6 Acentuadas distorções na sua forma de financiamento	128
4 Serviços e Ações do Sistema de Saúde no Brasil	129
4.1 Público – O Sistema Único de Saúde	130

4.1.1	Financiamento da saúde no Brasil	136
4.2	Assistência privada à saúde	141
4.2.1	Proteção jurídica em face do Código de Defesa do Consumidor ..	142
4.2.2	A assistência privada em face da Lei de Planos de Saúde	146
4.3	Recortes exemplificativos dos sistemas de saúde em outros modelos jurídicos	148
4.4	O sistema de saúde nos Estados Unidos	148
4.5	O sistema de saúde na Europa	151
4.6	O sistema de saúde Alemão	153
4.7	O sistema de saúde na Holanda	155
4.8	O sistema de saúde na Argentina.....	157
4.9	O sistema de saúde no Chile.....	158
4.10	O sistema de saúde na Colômbia.....	159
4.11	O sistema de saúde no México	159
4.12	O sistema de saúde no Peru	161
4.13	O sistema de saúde na Austrália	163
4.14	O sistema de saúde no Canadá.....	165
4.15	O sistema de saúde na Espanha	166
4.16	O sistema de saúde no Reino Unido.....	167
4.17	O sistema de saúde em Cuba	169
4.18	O sistema de saúde no Japão	171
5	Diálogo do Sistema de Saúde Brasileiro com os Modelos Apresentados	172
6	Políticas Públicas de Saúde.....	174
6.1	Dispensação de remédio e tratamentos.....	174
Capítulo IV – A RESERVA DO POSSÍVEL E OS DIREITOS SOCIAIS.....		181
1	Propedêutica Necessária à Colocação do Problema.....	181
2	Precificação dos Direitos Sociais	191
3	Origem e Aplicação da Reserva do Possível.....	201
4	Recepção e Aplicação da Reserva do Possível no Brasil	208
5	Classificação em Feixe da Reserva do Possível no Brasil	217
6	A Efetivação da Prestação Estatal no Limite entre a Reserva do Possível e o Mínimo Existencial.....	221
7	A Justiciabilidade e os Direitos Sociais	224

Capítulo V – MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E SUA RACIONALIDADE NA APLICAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE	235
1 Decisões Judiciais: sua Racionalidade e a Pré-Compreensão	235
2 A Pré-Compreensão e as Pretensões Positivas.....	241
3 Decisões Judiciais e a Realização da Microjustiça X Macrojustiça.....	244
4 Os Princípios e sua Racionalidade	255
5 A Concepção de Ronald Dworkin.....	256
6 A Posição de Robert Alexy	259
7 A Distinção Entre Texto e Norma: Ainda Persiste?.....	260
8 A Ponderação e a Resposta Correta: um Giro Terminológico	263
9 Decisões Judiciais na Teoria Garantista de Ferrajoli	270
9.1 Delineamentos gerais da teoria	270
9.2 As acepções do termo garantismo	272
9.3 Garantismo como teoria jurídica	276
10 A Racionalidade Jurídica e a Teoria Mista de Lenio Streck	279
11 O Voluntarismo Judicial e a Teoria Fuzzy de Canotilho	286
ANÁLISE CRÍTICA	293
CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS	313
ÍNDICE ALFABÉTICO	329